

As origens da teoria da denotação de Bertrand Russell (1903)¹

Cleber de Souza Corrêa
Aluno de Mestrado do PPG-Filosofia UFRGS
Bolsista do CNPq
Orientador: Paulo Francisco Estrella Faria

Resumo

Neste texto, eu apresento as razões de Bertrand Russell para conceber a teoria da denotação exposta em *The Principles of Mathematics*. Eu argumento que a teoria da denotação é uma solução para uma incompatibilidade entre duas doutrinas e dois pressupostos filosóficos de Russell. Em síntese, Russell, à época dos *Principles*, propunha duas teorias que não são coadunavam com os pressupostos de que o conhecimento de proposições gerais (“Todo o número natural tem um número sucessor”, por exemplo) é possível e de que a capacidade da mente humana é finita. As duas doutrinas incompatíveis com esses pressupostos são, de um lado, uma metafísica realista da proposição e, de outro, uma teoria da atitude proposicional como relação direta entre a mente e a proposição. Se uma proposição contém as entidades indicadas pelas palavras empregadas na sentença declarativa que expressa essa proposição e se o conhecimento proposicional é direto, isto é, não-mediado por representações mentais, então, ou entender proposições gerais é impossível, ou a capacidade da mente humana é infinita. Russell evidentemente não nega que o conhecimento de proposições gerais é possível; tampouco afirma que a mente humana é infinitamente capaz. Portanto, só lhe resta ou rejeitar que atitudes proposicionais são relações diretas entre a mente e a proposição, ou rejeitar a teoria realista acerca da proposição. Russell opta pelo último caminho: a teoria da denotação nada mais é do que a exceção à regra de uma proposição contém as entidades indicadas pela sentença declarativa que a expressa.

Em 1905, Bertrand Russell publicou *On Denoting*², o mais famoso *paper* de filosofia analítica da primeira metade do século XX, segundo Saul Kripke³. Em *On Denoting*, Russell apresenta o que certamente é a sua contribuição mais relevante para a filosofia da linguagem, a teoria das descrições, que Frank Ramsey e George Edward Moore classificaram como um “paradigma da filosofia”. Mas *On Denoting* tem um duplo aspecto, um negativo e um positivo. Isso significa que esse famoso artigo não é só o lugar da apresentação de uma

¹ Este texto é uma versão modificada de uma comunicação apresentada na III Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, em junho de 2009.

² *Mind* 14 (56):479-493.

³ Kripke, 2005, p. 1005.

teoria, mas também o lugar da refutação de uma outra. A teoria das descrições é apresentada sob um pano de fundo de rejeição filosófica. Ela é a solução para um problema prévio, que uma teoria prévia apresentava. Mas que teoria prévia é essa? Certamente a obscuridade da passagem de *On Denoting* conhecida como o argumento da “Elegia de Gray” não facilita a exegese filosófica, pois é justamente aí que Russell executa a sua refutação. Há dúvidas entre comentaristas se o argumento é dirigido contra a distinção de Frege entre sentido e referência de expressões da linguagem, ou contra a teoria da denotação que ele mesmo, Russell, apresenta em *The Principles of Mathematics*⁴, ou contra ambos. O fato de Russell pensar que a sua teoria da denotação é similar à doutrina fregeana não ajuda muito a vida dos comentaristas. De qualquer forma, não estou interessado em tomar posição quanto a isso, mas, isto sim, em investigar o que pode ser o objeto de refutação em *On Denoting*, a teoria da denotação dos *Principles*.

A minha intenção aqui é puramente histórica: assim como Russell teve razões para ter concebido a teoria das descrições, ele também teve razões para ter concebido a teoria da denotação. E são exatamente as razões de Russell propor esta última que eu vou apresentar no que segue. A teoria da denotação de Russell também é a solução para um problema prévio. Desde o momento em que rompe com o idealismo (pouco antes da virada do século XIX para o século XX), Russell passa a sustentar duas doutrinas filosóficas que lhe deixam com uma séria questão epistemológica a responder: como é possível entender sentenças gerais (“Todos os homens são mortais”, por exemplo)? Em especial, como é possível entender sentenças gerais da matemática (“Todo o número natural tem um número sucessor”)?

Neste texto, eu argumento que duas teses que Russell propunha à época dos *Principles* são incompatíveis com as suposições intuitivas de que o conhecimento de proposições gerais é, de fato, possível e de que a capacidade da mente humana é finita. As duas teses são as seguintes: uma metafísica realista da proposição e uma concepção de atitude proposicional como relação direta entre a mente e a proposição. Essas duas teses, tomadas em conjunto, são incompatíveis com aquelas duas suposições. Isso significa que Russell deve ou rejeitar ou remendar pelo menos uma de suas teses. Este último caminho é o que Russell escolhe: a teoria da denotação é uma modificação *ad hoc* na doutrina realista acerca da proposição.

Este trabalho está dividido em duas seções. Na primeira delas, apresento as duas teses de Russell. Na segunda, mostro como a incompatibilidade é gerada e apresento a solução que Russell concebe para salvar sua filosofia da inconsistência, a saber, a teoria da

⁴ De agora em diante, “*Principles*”.

denotação⁵.

1. Proposição e atitudes proposicionais

Após o seu rompimento com o idealismo, em 1898⁶, e até a concepção da teoria do juízo como relação múltipla, em 1910, Russell pensava que verdade e falsidade nada tinham a ver com estados mentais e seus conteúdos. Para o Russell de então, verdade e falsidade não eram propriedades relativas a juízos ou crenças. Mas de que, então, se podia falar corretamente que é verdadeiro ou falso? Proposições. Proposições, para Russell, constituem uma classe de entidades sobre as quais recaem, em última instância, as propriedades da verdade ou da falsidade. Russell desenvolve a sua teoria acerca da natureza da proposição como consequência da negação de certas teorias da verdade. Ele nega tanto que a verdade seja a propriedade do conteúdo de um juízo em virtude da relação de correspondência desse conteúdo com um estado extra-mental quanto que seja a propriedade de um conteúdo de um juízo em virtude da relação de coerência com um conjunto de conteúdos de outros juízos.

Em *The Nature of Truth*, o primeiro texto da fase pós-idealista em que Russell trata especificamente da questão da verdade, as teorias da verdade como coerência e como correspondência são as únicas opções refutadas. Russell classifica as teorias da verdade de acordo com o “lugar” atribuído à verdade: para a teoria da correspondência, a verdade está na relação do conteúdo subjetivo de um juízo ou crença com um estados de coisas objetivo; para a teoria da verdade como correspondência, a verdade é propriedade do conteúdo da crença ou do juízo, possuída em virtude da relação desse conteúdo com o conteúdo de um conjunto de crenças mais amplo; e para a teoria da verdade de Russell, a verdade está no objeto da crença. Enquanto as teorias da correspondência e da coerência reduzem a verdade de um juízo a uma outra propriedade (seja a relação do conteúdo da crença com um estado de coisas, no caso da teoria da verdade como correspondência, seja a compatibilidade da conteúdo da crença com o conteúdo de outras crenças), Russell considera a verdade e a falsidade uma propriedade irreduzível. “O que é verdade, e o que é falsidade”, diz Russell, ”nós devemos simplesmente

⁵ Não ignoro que Russell tenha herdado de Moore certas ideias filosóficas, em especial as duas teses de que falo. Em todo o caso, me importa menos apresentar a origem dessas duas teses do que encaixá-las dentro de um conjunto inconsistente de doutrinas que redundam na teoria da denotação, que é particular da filosofia de Russell. Portanto, a importante contribuição de Moore para o estabelecimento dessas duas teses não será objeto de discussão neste texto.

⁶ Russell, 1959, p. 54.

apreender, pois ambas [as noções] parecem ser incapazes de serem analisadas” (Russell, 1904c, p. 524). Proposições são verdadeiras ou falsas primitivamente, e uma crença ou uma sentença declarativa são ditas verdadeiras, ou falsas, somente num sentido derivado: se a crença ou juízo tem por objeto uma proposição verdadeira, ou falsa, ou se a sentença declarativa expressa uma proposição verdadeira, ou falsa.

Como dissemos acima, Russell atribui a propriedade da verdade ao objeto da crença. Mas qual é a natureza do objeto da crença? O objeto da crença é um estado de coisas, é o tipo de entidade expressa por sentenças declarativas. E são essas entidades que, no recorte da filosofia de Russell relevante para este texto, são chamadas de proposições. Russell concebe as proposições de maneira francamente realista: proposições são entidades independentes do pensamento e, portanto, da linguagem. Proposições subsistem em âmbito objetivo, isto é, não são resultado subjetivo de elaboração mental. Russell concebe a realidade como um reino habitado por entidades simples (aquelas que referimos por meio de nomes próprios ou de algumas expressões denotativas) e entidades complexas, estas últimas constituídas das entidades simples. Uma subclasse dessas entidades complexas são as proposições⁷. Em outras palavras, Russell concebe a realidade como constituída, além de objetos simples, de objetos possuindo propriedades e estando em relações uns com os outros. Em outras palavras, Russell admite a subsistência da predicação e de relações independentemente do pensamento.

Para dar um exemplo: Russell admite a subsistência desta folha de papel e da relação espacial ordenada de esta folha estar sobre esta mesa. Para Russell, a proposição expressa pela sentença declarativa “estas folhas estão sobre esta mesa” é uma entidade complexa subsistente, uma entidade que esta aí, mesmo que não façamos dela objeto de alguma atitude proposicional ou que a expressemos por meio de uma sentença declarativa. E é a essas entidades complexas subsistentes, ou proposições, que Russell atribui verdade.

Mas, e a falsidade? Russell também atribui falsidade a proposições ou concede, por exemplo, que a falsidade é redutível à relação (ou falta de relação) entre o conteúdo subjetivo de uma crença e um estado de coisas no mundo? Russell também considera a falsidade como uma propriedade irredutível de proposições. Isso significa que Russell concebe a realidade como constituída também de proposições falsas, como as expressas pelas seguintes sentenças declarativas: “Estas folhas estão embaixo desta mesa”, “O Sol orbita em torno da Terra”, “Luiz Inácio Lula da Silva é presidente dos Estados Unidos”. As razões de Russell para admitir a subsistência de proposições falsas resumem-se, basicamente, ao

⁷ A outra subclasse das entidades complexas, tal como classificado em Russell, 1903, §136, são os conjuntos.

seguinte problema: se admitimos que proposições verdadeiras subsistem objetivamente e que proposições falsas possuem somente realidade subjetiva, condicionais cujo antecedente é falso (condicionais verdadeiros, portanto) teriam uma dupla natureza, por assim dizer⁸.

O importante para o presente trabalho, contudo, é menos o fato de proposições falsas serem entidades objetivas subsistentes por si mesmas do que a constituição das proposições⁹. E é aí que a tese ganha relevância para o problema epistemológico posterior. As proposições *são* as relações elas mesmas entre os objetos (no caso das proposições relacionais) ou *são* objetos com suas propriedades (no caso de proposições não-relacionais). Dado que a proposição é uma entidade complexa, entidades mais simples a constituem. A proposição expressa pela sentença declarativa “estas folhas estão sobre esta mesa” *contém* estas folhas e esta mesa. Ou, para dizer de modo mais categórico, essa proposição *não é outra coisa* que estas folhas e esta mesa em uma certa relação espacial. Uma proposição, pois, é constituída dos objetos indicados pelas palavras empregadas na sentença declarativa que expressa a proposição. Russell expõe essa tese numa carta a Frege:

Acredito que, apesar de toda a neve que o recobre, o Mont Blanc ele mesmo é parte do que de fato é afirmado na frase "O Mont Blanc tem mais de quatro mil metros de altura". Nós não afirmamos o pensamento, pois isso é um assunto privado psicológico; nós afirmamos o objeto do pensamento, e ele é, penso eu, um certo complexo [...] do qual o Mont Blanc ele mesmo é um componente (Gabriel et al. 1980, p. 169)

Ao mesmo tempo em que insula na sua filosofia o campo daquilo que é verdadeiro ou falso a salvo da intervenção subjetiva ao postular que proposições são entidades subsistentes em âmbito objetivo, Russell implicitamente propõe uma teoria das atitudes proposicionais segundo a qual o vínculo cognitivo entre a mente e a proposição é direto. Russell concebia atitudes proposicionais como uma relação entre *somente* os dois termos, a mente e a proposição. No entanto, mais do que tematizar positivamente a sua teoria, o que Russell antes faz é recusar que o vínculo cognitivo se dá por meio de representações mentais. A rigor, a recusa de representações mentais em relações cognitivas só seria plenamente

⁸ “Tais casos como enunciados hipotéticos verdadeiros cuja hipótese é falsa parecem provar que proposições falsas devem ter algum tipo de subsistência extra-mental” (Russell, 1904a, p. 219). “Além disso, a proposição “*p* implica *q*” pode ser verdadeira embora *p* seja falsa. Mas, nesse caso, uma vez que *p* é meramente mental, toda a proposição [i.e. “*p* implica *q*”] seria meramente mental, coisa que nós supusemos que proposições verdadeiras não são. E, assim, por toda a parte, a tentativa de conceber diferenças, com relação à subsistência, entre proposições verdadeiras e falsas, leva a inúmeros conflitos com o que parecem ser fatos óbvios” (Russell, 1904c, p. 510-1). Todos os trechos citados neste texto são traduções minhas do inglês.

⁹ A subsistência de proposições falsas é uma das razões que leva Russell a conceber a teoria do juízo como relação múltipla a partir de 1910.

articulada na filosofia de Russell mais tarde, em especial a partir da publicação de *Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*¹⁰. De qualquer forma, a teoria do conhecimento por contato já estava prefigurada anteriormente, na forma da pressuposição da atitude proposicional como relação de contato. Russell propunha implicitamente que a atitude proposicional fundamental, o entendimento, só é possível se a mente apreende diretamente a proposição¹¹. Embora atitudes proposicionais variem, Russell preserva na sua filosofia o vínculo de contato entre a mente e a proposição. Como explica Hylton:

Um sentido em que essa noção [contato (acquaintance)] é importante para o pensamento de Russell está na sua concepção de proposição (...). Russell considera proposições entidades abstratas não-linguísticas e não-mentais que existem independentemente de nós. Quando fazemos um juízo ou uma asserção nós estamos, segundo essa concepção, direta e imediatamente relacionados com tal entidade. Proposições elas mesmas, segundo a explicação de Russell, são objetos de contato [acquaintance]: entender uma proposição envolve estar em contato com ela (Hylton, 2003, p. 209)

Embora Russell não caracterize positivamente a relação entre mente e proposição em atitudes proposicionais, o fato de, por introspecção, não se poder encontrar representações mentais entre a mente e a proposição em uma atitude proposicional parece ser a prova para de que *não* há representações mentais intermediárias. De fato, Russell apela à introspecção para fazer valer a sua tese de que não há representações mentais. Quando refletimos acerca do objeto das próprias atitudes proposicionais, não percebemos, no ato de introspecção, a representação mental ela mesma. A rigor, não percebemos outra coisa que a proposição ela mesma. Por introspecção, não identificamos de um lado a proposição e, de outro, a representação mental. É por isso que Russell afirma que “o principal argumento *contra* conteúdos é a dificuldade de descobri-los introspectivamente”¹². E mesmo que ignorássemos a ausência de evidência da introspecção e postulássemos a existência de representações mentais, isso tornaria verdadeira a tese de que atitudes proposicionais tem por objeto não a entidade complexa “lá fora”, mas um complexo de representações mentais.

O meu juízo obviamente consiste em eu crer que há uma relação entre os objetos reais (...), não em haver de fato uma relação entre as minhas ideias desses dois objetos (Russell, 1992, pp. 139-40)

¹⁰ *Proceedings of the Aristotelian Society* 11:108--28.

¹¹ A distinção entre crença e entendimento é explicitada a partir de 1913, em *Theory of Knowledge*. Cf. Russell, 1992, pp. 107-8

¹² Russell, 1914, p. 43 (número da página é da reimpressão em Russell, 1992). “Conteúdo” é aquilo que venho chamando de “representação mental”.

Mas, se esse fosse o caso, estaríamos pensando em representações mentais e não em entidades objetivas. Como explica Hylton:

Vimos que ele [Russell] rejeita a concepção de que, ao fazer um juízo, nós estamos mais diretamente relacionados com ideias, entidades psicológicas nas nossas próprias mentes. Não é somente à subjetividade das ideias que Russell objeta. É também (...) ao papel das ideias como intermediários entre nós e as coisas sobre as coisas tentamos falar (Hylton, 2003, pp. 209-10)

Se não há representações mentais, a relação é direta. “[A] peculiaridade da relação cognitiva (...) está no seguinte: um termo da relação não é nada além da consciência [awareness] do outro termo. (...) O caráter de estar relacionado [relatedness] parece constituir a natureza mesma de um dos termos relacionados, a saber, do termo psíquico” (Russell, 1904c, p. 510). Em Russell, não há uma representação mental, à qual caberia primitivamente a propriedade da intencionalidade da atitude proposicional, isto é, o seu caráter de ser sobre alguma coisa. O que é intencional na explicação de Russell, se é que esse pode falar nesses termos, é o estado mental ele mesmo

2. Proposições gerais e a teoria da denotação

Recapitulemos brevemente as teses de Russell sobre as atitudes proposicionais e os objetos dessas atitudes: atitudes proposicionais são relações diretas entre a mente e a proposição, isto é, relações que não são mediadas por representações mentais; e as proposições contêm as entidades e relações designadas pelas palavras empregadas nas sentenças que as expressam. Pois bem: a teoria da denotação que Russell apresenta em *Principles* é uma exceção à tese de que as proposições contêm as entidades sobre as quais elas são¹³. Proposições tais como as que viemos examinando neste trabalho de fato contêm as entidades sobre as quais elas são. A proposição expressa pela sentença "estas folhas estão sobre esta mesa" contém esta mesa, estas folhas e a relação ordenada de uma coisa estar sobre outra. Mas, e proposições como a expressa pela sentença "todos os números naturais têm um número sucessor". Dadas as teses filosóficas de Russell expostas neste texto, seria razoável supor que a proposição expressa pela sentença anterior contém todos os números. Nesse caso, a proposição seria infinitamente complexa, uma vez que o conjunto dos números naturais contém infinitos números. Mas também é razoável supor que entendemos essa proposição.

¹³ A definição daquilo sobre o que uma proposição é pode ser encontrada em Russell, 1903, §48.

Então, cabe a pergunta: qual é a proposição com que nossa mente está relacionada quando dizemos que entendemos a proposição expressa pela sentença "todos os números naturais têm um sucessor"? A resposta é que a proposição, em vez de conter todos os números, contém um conceito denotativo, que é o sucedâneo objetivo da representação mental que Russell havia rejeitado. E isso vale para qualquer proposição expressa por sentenças que contenham qualquer uma das seguintes seis palavras (e suas declinações de gênero e número): "todo", "cada", "qualquer", "um", "algum" e "o". À exceção da última delas (que não estava incluída nos rascunhos da teoria da denotação), todas as anteriores indicam proposições gerais.

A teoria da denotação é exposta em uma obra na qual Russell sustenta a tese de que toda a matemática pode ser reduzida à lógica. Em outras palavras: os conceitos da matemática - como o de número, por exemplo - podem ser definidos a partir de conceitos da lógica; e os teoremas da matemática podem ser deduzidos a partir de axiomas puramente lógicos segundo regras claras de derivação. Uma vez que Russell pressupunha, como Cantor, a atualidade do conjunto infinito dos números naturais, e uma vez que ele propunha que toda a matemática pode ser reduzida à lógica, e dadas as duas teses expostas neste texto, uma explicação do entendimento das proposições gerais da matemática era necessária. Como o conhecimento matemático é possível então, dado que o conjunto de seus objetos é infinito? As motivações para a teoria da denotação são resumidas nas seguintes passagens:

Não vejo como decidir se proposições de complexidade infinita são possíveis ou não. Mas isso ao menos é claro: todas as proposições que conhecemos (e, parece, todas as proposições que *podemos* conhecer) são de complexidade finita (Russell, 1903, §141.)

Com relação a classes infinitas - a classe dos números, digamos - deve ser observado que o conceito *todos os números*, embora não seja complexo em si mesmo, ainda assim denota um objeto infinitamente complexo. Esse é o mais íntimo segredo do nosso poder de lidar com o infinito (Ibidem, §72)

Em síntese, ao mesmo tempo em que propõe uma metafísica realista da proposição e uma teoria da atitude proposicional como relação direta, Russell admite que podemos conhecer proposições gerais, isto é, que podemos apreender proposições que dizem respeito a qualquer coisa e lidar com classes infinitas. Essa constatação requer uma reformulação de uma de suas doutrinas, e Russell admite a possibilidade de que a proposição não contenha as entidades sobre os quais ela é, mas sim algo diferente, o conceito denotativo, que embora seja um constituinte proposicional, não é uma entidade sobre a qual a proposição

é. A complexidade finita de uma proposição geral resulta da complexidade finita do conceito denotativo, e a generalidade da proposição resulta de um vínculo lógico entre o conceito denotativo e os termos que ele denota. Em síntese, a teoria da denotação é uma teoria de motivação epistemológica com implicações para a metafísica russelliana: explica como se dá a apreensão de certas proposições introduzindo modificações na constituição dessas proposições, que são, como vimos, entidades independentes da mente humana. A teoria da denotação é resultado de outras ideias de Russell, que, conjugadas e admitidas sem ressalvas, tornam o conhecimento de proposições gerais — e o conhecimento matemático, em especial — impossível.

Referências

- Gabriel, G., Hermes, H., Kambartel, F., Thiel, C. & Veraart, A., eds (1980), *Philosophical and mathematical correspondence of Gottlob Frege*, University of Chicago Press, Chicago.
Traduzido por Hans Kaal.
- Griffin, N., ed. (2003), *The Cambridge Companion to Russell*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Hylton, P. (2003), *The Theory of Descriptions*, in Griffin (2003).
- Kripke, Saul A. (2005), 'Russell's notion of scope'. *Mind* **114** (456).
- Russell, B. (1956), *Logic and Knowledge*, George Allen & Unwin, Londres.
- Russell, Bertrand. (1904a), 'Meinong's Theory of Complexes and Assumptions (I.)', *Mind* **13**(50) 204–219.
- Russell, Bertrand. (1904b), 'Meinong's Theory of Complexes and Assumptions (II.)', *Mind* **13**(51), 336–354.
- Russell, Bertrand. (1904c), 'Meinong's Theory of Complexes and Assumptions (III.)', *Mind* **13**(52), 509–524.
- Russell, Bertrand. (1959), *My Philosophical Development*, Simon and Schuster, Nova York.
- Russell, Bertrand (1905) 'The Nature of Truth', in (1994) *Foundations of Logic, 1903-05*, The Collected Papers of Bertrand Russell, Vol. **4**, Routledge, Londres e Nova York.
- Russell, Bertrand. (1914), 'On the nature of acquaintance', *Monist* **24**, 1–16; 161–87; 435–53.
Reimpresso em Russell (1956) e em Russell (1992).
- Russell, Bertrand. (1903), *The Principles of Mathematics*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Russell, B. (1992), *Theory of knowledge: the 1913 manuscript*, Routledge, Londres e Nova York.